1998

XEROX

DE LEIS

ORDINÁRIAS

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.° 295 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1.998.

AUTORIZA O EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo autorizado a contrair empréstimo e ou firmar convênio com Instituições Financeiras com o objetivo de obter recursos para pagamento do 13° salário dos servidores públicos municipais no ano de 1.998.

§ 1° - A taxa de juros a ser contratada deverá ser pré-fixada dentro dos padrões do mercado na data da operação.

§ 2° - O prazo para pagamento do valor financiado não poderá ser superior a 09 (nove) meses.

Artigo 2° - Fica o Executivo autorizado a efetuar, se necessário, desconto na folha de pagamento dos seus servidores que eventualmente venham a aderir ao Convênio mencionado no caput do artigo anterior.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Dezembro de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.° 294 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1.998.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO "PROJETO VIDA NOVA".

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO "PROJETO VIDA NOVA"

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Dezembro de 1998.

ANTONIO MARIANO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.º 293 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1.998.

DISPÕE SOBRE OS ATOS DE LIMPEZA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Constitui atos lesivos a limpeza urbana.

I - depositar, ou lançar papéis, latas, restos ou lixo de qualquer natureza, fora dos recipientes apropriados, em vias, calçadas, praças e demais logradouros públicos, causando danos à conservação da limpeza urbana;

II - depositar, lançar ou atirar, em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificados ou não, resíduos sólidos de qualquer natureza.

III - sujar logradouros ou vias públicas, em decorrência de obras ou desmatamento.

IV - depositar, lançar ou atirar em riachos, córregos, lagos, rios, ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo a limpeza urbana ou ao meio ambiente.

Artigo 2º - Os mercados, supermercados, matadouros, açougues, peixarias e estabelecimentos similares deverão acondicionar o lixo produzido em sacos plásticos manufaturados para este fim, dispondo-os em local a ser determinado para recolhimento.

Artigo 3º - Os bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, e outros estabelecimentos de venda de alimentos para consumo imediato serão dotados de

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

recipientes de lixo, colocados em locais visíveis e de fácil acesso ao público em geral.

Artigo 4° - Nas feiras, instaladas em vias ou logradouros públicos, onde haja a venda de gêneros alimentícios, produtos hortifrutigranjeiros ou outros pontos de interesse do ponto de vista do abastecimento público, é obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de lixo em local visível e acessível ao público, em uma quantidade de um recipiente por banca instalada.

Artigo 5° - Os vendedores ambulantes e veículos de qualquer espécie, destinados à venda de alimentos de consumo imediato, deverão ter recipiente de lixo neles fixados, ou colocados no solo ao seu lado.

Artigo 6° - Todas as empresas que comercializem agrotóxicos e produtos fito-sanitários terão responsabilidade sobre os resíduos por eles produzidos, seja em sua comercialização ou em seu manuseamento.

Artigo 7° - O Governo de Holambra, juntamente com a comunidade organizada, desenvolverá uma política de ações diversas que visem a conscientização da população sobre a importância da adoção de hábitos corretos em relação à limpeza urbana.

§ 1° - Para o cumprimento do disposto neste Artigo, o Poder Executivo deverá:

I - realizar regularmente programas de limpeza urbana priorizando mutirões e dias de faxina no município;

II - promover periodicamente campanhas educativas através dos meios de comunicação de massa;

III - realizar palestras e visitas às escolas, promover mostras itinerantes, apresentar audiovisuais, editar folhetos e cartilhas explicativas;

IV - desenvolver programas de informação, através de educação formal e informal, sobre materiais recicláveis e materiais biodegradáveis;

V- celebrar convênios com entidades públicas ou particulares objetivando a viabilização das disposições previstas neste Artigo.

Artigo 8° - Art. 8° - O descumprimento das disposições desta lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R$ 20,00 (vinte reais) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Artigo 9°- O Poder Executivo estabelecerá, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), regulamento normatizando a aplicação das multas previstas no artigo anterior.

Artigo 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 19 de Novembro de 1998.

ANTONIO MARIANO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.º 293 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1.998.

DISPÕE SOBRE OS ATOS DE LIMPEZA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Constitui atos lesivos a limpeza urbana.

I - depositar, ou lançar papéis, latas, restos ou lixo de qualquer natureza, fora dos recipientes apropriados, em vias, calçadas, praças e demais logradouros públicos, causando danos à conservação da limpeza urbana;

II - depositar, lançar ou atirar, em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificados ou não, resíduos sólidos de qualquer natureza.

III - sujar logradouros ou vias públicas, em decorrência de obras ou desmatamento.

IV - depositar, lançar ou atirar em riachos, córregos, lagos, rios, ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo a limpeza urbana ou ao meio ambiente.

Artigo 2º - Os mercados, supermercados, matadouros, açougues, peixarias e estabelecimentos similares deverão acondicionar o lixo produzido em sacos plásticos manufaturados para este fim, dispondo-os em local a ser determinado para recolhimento.

Artigo 3º - Os bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, e outros estabelecimentos de venda de alimentos para consumo imediato serão dotados de

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

recipientes de lixo, colocados em locais visíveis e de fácil acesso ao público em geral.

Artigo 4° - Nas feiras, instaladas em vias ou logradouros públicos, onde haja a venda de gêneros alimentícios, produtos hortifrutigranjeiros ou outros pontos de interesse do ponto de vista do abastecimento público, é obrigatória a colocação de recipientes de recolhimento de lixo em local visível e acessível ao público, em uma quantidade de um recipiente por banca instalada.

Artigo 5° - Os vendedores ambulantes e veículos de qualquer espécie, destinados à venda de alimentos de consumo imediato, deverão ter recipiente de lixo neles fixados, ou colocados no solo ao seu lado.

Artigo 6° - Todas as empresas que comercializem agrotóxicos e produtos fito-sanitários terão responsabilidade sobre os resíduos por eles produzidos, seja em sua comercialização ou em seu manuseamento.

Artigo 7° - O Governo de Holambra, juntamente com a comunidade organizada, desenvolverá uma política de ações diversas que visem a conscientização da população sobre a importância da adoção de hábitos corretos em relação à limpeza urbana.

§ 1° - Para o cumprimento do disposto neste Artigo, o Poder Executivo deverá:

I - realizar regularmente programas de limpeza urbana priorizando mutirões e dias de faxina no município;

II - promover periodicamente campanhas educativas através dos meios de comunicação de massa;

III - realizar palestras e visitas às escolas, promover mostras itinerantes, apresentar audiovisuais, editar folhetos e cartilhas explicativas;

IV - desenvolver programas de informação, através de educação formal e informal, sobre materiais recicláveis e materiais biodegradáveis;

V- celebrar convênios com entidades públicas ou particulares objetivando a viabilização das disposições previstas neste Artigo.

Artigo 8° - Art. 8° - O descumprimento das disposições desta lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R$ 20,00 (vinte reais) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Artigo 9°- O Poder Executivo estabelecerá, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), regulamento normatizando a aplicação das multas previstas no artigo anterior.

Artigo 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 19 de Novembro de 1998.

ANTONIO MARIANO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.º292 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1.998.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI N.º 117/94 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FORNECER, SEM ENCARGOS, PLANTA CONSTRUTIVA ECONÔMICA E ISENÇÃO DE TAXAS, PARA CONSTRUÇÕES DE ATÉ 70 m², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a redação da Lei n.º 117 de 12 de agosto de 1.994, que passa a viger com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, projetos para construção de Moradia Tipo Econômica, mediante requerimento do interessado, apresentando escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

§ 1º - Os projetos de que cuida este artigo serão de até 70,00m² (setenta metros quadrados), conforme as especificações do Ato 30, de 26 de junho de 1.979 do CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 2º - O fornecimento gratuito do projeto não exonera o interessado do pagamento dos demais tributos, isentando-o, porém, do pagamento das taxas relativas à aprovação do projeto de construção, à expedição do "habite-se", exceção ao pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

§ 3º - Os projetos e respectivos memoriais descritivos, serão fornecidos em 3 (três) cópias, de acordo com os anexos à Lei fornecida pelo CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 4º - O Corpo técnico responsável pelos projetos será integrado pelos arquitetos, engenheiros e técnicos pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.

§ 5º - Somente estarão à disposição da população, os modelos padronizados existentes no Departamento de Obras Municipais, constante do Anexo I, que fazem parte integrante desta Lei.

§ 6º - Qualquer modificação no projeto, após a aprovação do município, implica na renúncia às isenções das taxas previstas nesta Lei.

Artigo 2º - Ficam isentos das taxas municipais para aprovação do projeto de construção os projetos de até 70,00 m² , fornecidos ou não pela Prefeitura Municipal de Holambra, excetuando-se o pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

Artigo 3º - Com a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, é condição indispensável que o interessado e seus dependentes diretos não possuam outro imóvel além do terreno para o qual se destina o projeto de moradia, objeto de seu requerimento, devidamente comprovado através de Certidão Negativa do Cartório de Imóveis da Comarca.

§ 1º - O imóvel, a que alude este artigo, deverá ser indivisível e localizar-se na zona urbana.

§ 2º - A outorga dos benefícios autorizados por esta Lei não se repetirá ao mesmo favorecido ou para o mesmo imóvel, antes do decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de expedição do "habite-se" relativo ao pleito anterior.

Artigo 4º - Obriga-se o beneficiado:

I - a recolher previamente junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, a taxa sobre o valor mínimo referente à Anotação de Responsabilidade Técnica A.R.T.;

II - a colocar, na obra, placa padronizada que a Prefeitura fornecerá, mediante o pagamento do preço de custo "Projeto fornecido pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, conforme Lei...../98.Moradia Tipo Econômica.(Nome do Responsável Técnico e respectivo CREA);

III - a concluir a construção, no prazo de 2 (dois) anos;

IV - a seguir, rigorosamente, o projeto e as normas técnicas indicadas pela Prefeitura, através do memorial descritivo;

V - a requerer a expedição do habite-se, logo após a conclusão da obra.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal através de seu órgão competente dará:

I - assistência às construções, vistoriando e anotando em relatório próprio, as fases de construção;

II - instruções técnicas ao construtor, zelando para que sejam cumpridas todas normas técnicas que serão estabelecidas nos projetos e Memoriais Descritivos."

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, além de créditos especiais, que poderão ser abertos se necessário."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos à data de 01 de agosto de 1.998.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 16 de Novembro de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI N.º292 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1.998.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI N.º 117/94 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FORNECER, SEM ENCARGOS, PLANTA CONSTRUTIVA ECONÔMICA E ISENÇÃO DE TAXAS, PARA CONSTRUÇÕES DE ATÉ 70 m², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a redação da Lei n.º 117 de 12 de agosto de 1.994, que passa a viger com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, projetos para construção de Moradia Tipo Econômica, mediante requerimento do interessado, apresentando escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

§ 1º - Os projetos de que cuida este artigo serão de até 70,00m² (setenta metros quadrados), conforme as especificações do Ato 30, de 26 de junho de 1.979 do CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 2º - O fornecimento gratuito do projeto não exonera o interessado do pagamento dos demais tributos, isentando-o, porém, do pagamento das taxas relativas à aprovação do projeto de construção, à expedição do "habite-se", exceção ao pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

§ 3º - Os projetos e respectivos memoriais descritivos, serão fornecidos em 3 (três) cópias, de acordo com os anexos à Lei fornecida pelo CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 4º - O Corpo técnico responsável pelos projetos será integrado pelos arquitetos, engenheiros e técnicos pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.

§ 5º - Somente estarão à disposição da população, os modelos padronizados existentes no Departamento de Obras Municipais, constante do Anexo I, que fazem parte integrante desta Lei.

§ 6º - Qualquer modificação no projeto, após a aprovação do município, implica na renúncia às isenções das taxas previstas nesta Lei.

Artigo 2º - Ficam isentos das taxas municipais para aprovação do projeto de construção os projetos de até 70,00 m² , fornecidos ou não pela Prefeitura Municipal de Holambra, excetuando-se o pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

Artigo 3º - Com a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, é condição indispensável que o interessado e seus dependentes diretos não possuam outro imóvel além do terreno para o qual se destina o projeto de moradia, objeto de seu requerimento, devidamente comprovado através de Certidão Negativa do Cartório de Imóveis da Comarca.

§ 1º - O imóvel, a que alude este artigo, deverá ser indivisível e localizar-se na zona urbana.

§ 2º - A outorga dos benefícios autorizados por esta Lei não se repetirá ao mesmo favorecido ou para o mesmo imóvel, antes do decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de expedição do "habite-se" relativo ao pleito anterior.

Artigo 4º - Obriga-se o beneficiado:

I - a recolher previamente junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, a taxa sobre o valor mínimo referente à Anotação de Responsabilidade Técnica A.R.T.;

II - a colocar, na obra, placa padronizada que a Prefeitura fornecerá, mediante o pagamento do preço de custo "Projeto fornecido pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, conforme Lei...../98.Moradia Tipo Econômica.(Nome do Responsável Técnico e respectivo CREA);

III - a concluir a construção, no prazo de 2 (dois) anos;

IV - a seguir, rigorosamente, o projeto e as normas técnicas indicadas pela Prefeitura, através do memorial descritivo;

V - a requerer a expedição do habite-se, logo após a conclusão da obra.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal através de seu órgão competente dará:

I - assistência às construções, vistoriando e anotando em relatório próprio, as fases de construção;

II - instruções técnicas ao construtor, zelando para que sejam cumpridas todas normas técnicas que serão estabelecidas nos projetos e Memoriais Descritivos."

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, além de créditos especiais, que poderão ser abertos se necessário."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos à data de 01 de agosto de 1.998.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 16 de Novembro de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.º292 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1.998.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI N.º 117/94 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FORNECER, SEM ENCARGOS, PLANTA CONSTRUTIVA ECONÔMICA E ISENÇÃO DE TAXAS, PARA CONSTRUÇÕES DE ATÉ 70 m², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a redação da Lei n.º 117 de 12 de agosto de 1.994, que passa a viger com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer gratuitamente, projetos para construção de Moradia Tipo Econômica, mediante requerimento do interessado, apresentando escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

§ 1º - Os projetos de que cuida este artigo serão de até 70,00m² (setenta metros quadrados), conforme as especificações do Ato 30, de 26 de junho de 1.979 do CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 2º - O fornecimento gratuito do projeto não exonera o interessado do pagamento dos demais tributos, isentando-o, porém, do pagamento das taxas relativas à aprovação do projeto de construção, à expedição do "habite-se", exceção ao pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

§ 3º - Os projetos e respectivos memoriais descritivos, serão fornecidos em 3 (três) cópias, de acordo com os anexos à Lei fornecida pelo CREA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 4º - O Corpo técnico responsável pelos projetos será integrado pelos arquitetos, engenheiros e técnicos pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.

§ 5º - Somente estarão à disposição da população, os modelos padronizados existentes no Departamento de Obras Municipais, constante do Anexo I, que fazem parte integrante desta Lei.

§ 6º - Qualquer modificação no projeto, após a aprovação do município, implica na renúncia às isenções das taxas previstas nesta Lei.

Artigo 2º - Ficam isentos das taxas municipais para aprovação do projeto de construção os projetos de até 70,00 m² , fornecidos ou não pela Prefeitura Municipal de Holambra, excetuando-se o pagamento relativo ao custo previsto e mencionado nos incisos I e II do artigo 4º.

Artigo 3º - Com a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, é condição indispensável que o interessado e seus dependentes diretos não possuam outro imóvel além do terreno para o qual se destina o projeto de moradia, objeto de seu requerimento, devidamente comprovado através de Certidão Negativa do Cartório de Imóveis da Comarca.

§ 1º - O imóvel, a que alude este artigo, deverá ser indivisível e localizar-se na zona urbana.

§ 2º - A outorga dos benefícios autorizados por esta Lei não se repetirá ao mesmo favorecido ou para o mesmo imóvel, antes do decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de expedição do "habite-se" relativo ao pleito anterior.

Artigo 4º - Obriga-se o beneficiado:

I - a recolher previamente junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, a taxa sobre o valor mínimo referente à Anotação de Responsabilidade Técnica A.R.T.;

II - a colocar, na obra, placa padronizada que a Prefeitura fornecerá, mediante o pagamento do preço de custo "Projeto fornecido pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, conforme Lei...../98.Moradia Tipo Econômica.(Nome do Responsável Técnico e respectivo CREA);

III - a concluir a construção, no prazo de 2 (dois) anos;

IV - a seguir, rigorosamente, o projeto e as normas técnicas indicadas pela Prefeitura, através do memorial descritivo;

V - a requerer a expedição do habite-se, logo após a conclusão da obra.

Artigo 5º - A Prefeitura Municipal através de seu órgão competente dará:

I - assistência às construções, vistoriando e anotando em relatório próprio, as fases de construção;

II - instruções técnicas ao construtor, zelando para que sejam cumpridas todas normas técnicas que serão estabelecidas nos projetos e Memoriais Descritivos."

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, além de créditos especiais, que poderão ser abertos se necessário."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos à data de 01 de agosto de 1.998.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 16 de Novembro de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI N.º 291 DE 26 DE OUTUBRO DE 1.998

DA NOVA REDAÇÃO A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 058 DE 23 DE AGOSTO DE 1993 QUE INSTITUI O PCM - PLANO COMUNITÁRIO DE MELHORAMENTOS

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica alterada a Lei Ordinária Municipal nº 058 de 23 de agosto de 1993 que instituiu o PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos, que passa a ter a seguinte redação:

"FINALIDADE

Artigo 1º - O PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos compreenderá a execução de pavimentação, guias e sarjetas, recapeamento, extensão de rede de água e esgoto, galerias de águas pluviais e outras, e será acionado por iniciativa própria da Administração ou quando solicitado pelos proprietários de imóveis localizados nas vias de logradouros públicos onde se dará a atuação desde que represente no mínimo 70%(setenta por cento) de seu valor.

Parágrafo único - Serão compreendidos nos 70%(setenta por cento), os Poderes Públicos, Municipal, Estadual e Federal e os isentos da contribuição de melhoria.

APROVAÇÃO

Artigo 2º - Os melhoramentos solicitados serão aprovados quando forem do interesse e conveniência do Município.

Artigo 3° - No caso de pavimentação, será dado prioridade às vias e logradouros públicos já dotado de melhoramentos, como rede de água e esgoto e outros que, necessariamente, se assentem no subsolo.

CUSTO E RATEIO

Artigo 4° - O custo do melhoramento será composto pelo valor de sua execução, acrescido das despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração e financiamento, prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimo.

Artigo 5° - O custo do melhoramento será rateado entre os proprietários de imóveis alcançados por ele, proporcionalmente às testadas dos mesmos.

Artigo 6° - Os proprietários lindeiros que receberem diretamente o benefício responderão, no mínimo, por 50 % (cinqüenta por cento) do custo do melhoramento.

Parágrafo único - Os proprietários poderão responder pela porcentagem restante em função do tipo, das características da irradiação dos efeitos e da localização da obra.

Artigo 7° - No caso, de pavimentação, o custo do melhoramento, para os proprietários de imóveis de esquina, será calculado proporcionalmente às suas testadas, prolongando-se até o limite da bissetriz do ângulo da via pavimentada.

Artigo 8° - O PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos será dividido em etapas, fisicamente independentes, que poderão englobar uma ou mais ruas próximas. Cada etapa será uma obra e será denominada por um número.

Artigo 9° - Os melhoramentos, a serem realizados através do PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos, serão executados de forma direta pela Prefeitura, ou indireta, obedecendo as normas jurídicas de licitação para escolha da empresa a ser contratada.

Artigo 10 - Antes do início da execução do melhoramento, os interessados serão convocados por edital, para examinarem o memorial descritivo, o projeto, o orçamento do custo do melhoramento, o plano do rateio e os valores correspondentes.

Parágrafo único - Após a publicação do edital, os interessados serão contatados pessoalmente para, se aderirem ao PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos, firmarem contratos de financiamento com a NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A.

PAGAMENTO PELOS MUNÍCIPES

Artigo 11 - O valor do melhoramento, atribuído a cada proprietário de imóvel beneficiado, poderá ser pago em uma só parcela ou financiado através da NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, dentro das condições estabelecidas.

Parágrafo Primeiro - No caso de pagamento em uma parcela, o valor deverá ser recolhido junto à NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, em conta especial denominada Prefeitura Municipal, que será considerada depositária.

Artigo 12 - A Prefeitura responderá pela parte do custo do melhoramento que não for assumida pelos proprietários beneficiados com o Plano.

Parágrafo único - Os Valores correspondentes à responsabilidade tratada no "caput" deste artigo, serão exigidos pela Prefeitura, dos proprietários não aderentes ao Plano, a título de tributo.

VINCULAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 13 - O valor total contratado, compreendendo os pagamentos em uma parcela e os financiados, será creditado pela NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, em conta corrente, sem remuneração, em nome da Prefeitura Municipal, e vinculada a cada etapa do PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos.

Artigo 14 - O valor tratado no artigo anterior, será liberado pela NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, para

livre movimento da Prefeitura em etapas, nos valores e importâncias por ela definidos e comunicados à Prefeitura Municipal.

Parágrafo Primeiro - A liberação mencionada no "caput" deste artigo, será efetuada mediante correspondência da Prefeitura Municipal atestando que a obra encontra-se em estágio que comporta o pagamento parcial solicitado e aferição por parte de Técnicos da NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A.

Parágrafo Segundo - O saldo por ventura existente no final de cada etapa do PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos, ingressará na Receita Municipal.

RESPONSABILIDADES

Artigo 15 - É de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal a contratação, execução, fiscalização, qualidade e pagamento da obra a ser executada através do PCM - Plano Comunitário de Melhoramentos.

Artigo 16 - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a comparecer como responsável, observados os limites de endividamento estabelecidos na legislação em vigor, pelos contratos que os proprietários firmarem junto a NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A.

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade constante deste artigo prevalecerá somente após esgotadas todas as medidas de ordem administrativas para o recebimento das importâncias financiadas.

Parágrafo Segundo - Fica a NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, autorizada a debitar de qualquer conta da Prefeitura Municipal ou das cotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a serem recebidas pelo Município, os valores decorrentes da responsabilidade tratada neste artigo.

Parágrafo Terceiro - Para possibilitar a execução do procedimento tratado no parágrafo anterior, as operações efetuadas dentro do Plano Comunitário de Melhoramentos ficam vinculadas ao Convênio firmado entre

a NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A e o BANESPA - BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de abril de 1984.

Parágrafo Quarto - Para cobrança da dívida assumida pela Prefeitura Municipal, proveniente da responsabilidade constante deste artigo serão observadas as disposições da legislação em vigor.

Artigo 17 - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contrair empréstimo junto a NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A, para o pagamento de qualquer importância por ela devida em razão do Plano ora implantado.

DIVULGAÇÃO

Artigo 18 - Toda divulgação promovida pelo Município deverá conter os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.
PCM - PLANO COMUNITÁRIO DE MELHORAMENTOS.
AGENTE FINANCEIRO: NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A."

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 26 de outubro de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 290 DE 2 DE OUTUBRO DE 1.998.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - A Zona de Expansão Urbana do Município de Holambra estabelecida pela Lei n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.° 026/93, 095/94 e 201/95, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 512.645,5278 m² (quinhentos e doze mil seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados, e cinco mil duzentos e setenta e oito milésimos), cuja área a ser acrescida inicia-se no ponto D8c, situado à divisa da estrada municipal HBR-050 e o loteamento Vila Nova, daí segue com rumo de 78°37'3"SE e com 750,83 metros até o ponto J2a, sendo que no ponto inicial D8c até o ponto J2a está confrontando com a estrada municipal HBR-050, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J2c, daí deflete à direita e segue com rumo de 78°37'31"SE e com 165,77 metros até o ponto La, sendo que do ponto J2c ao ponto La esta confrontando com L. Van Melis (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mário Van Den Broek e o córrego Palha Grande, daí segue pelo córrego Palha Grande com 306,06 metros até o ponto M1a, daí deflete à direita e segue com rumo de 79°06'06"NW e com 155,55 metros até o ponto J3b, sendo que do ponto M1a ao ponto J3b esta confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J3a cravado na margem da referida estrada e segue com rumo de 78°58'05"NW e com 619,51 metros até o ponto I6, daí deflete à esquerda e segue rumo de 05° 44'55"SE e com 100,41 metros até o ponto I6a, daí deflete a direita e segue com o rumo de 10° 53'33"SE e com 110,48 metros até o ponto I6b, daí deflete à direita e segue com rumo de 15° 05'21"SE e com 102,13 metros até o ponto I5, daí deflete à esquerda e segue com o rumo de 79° 10'44"SE e distância de 503,05 metros até o ponto 14a, cravado à margem da estrada municipal HBR-050, cruzando a referida estrada até o ponto J4b, e segue com rumo de 78°51'20"SE e com 156,67 metros até o ponto Na, sendo que do ponto Jb4 ao ponto Na está confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí segue pelo córrego Palha Grande com 294,41 metros até o ponto XDIaa, sendo que do ponto Na ao ponto XDIaa, esta confrontando com G. Ant. L. Groot-Zevert (anteriormente) e atualmente com Henricus Antonio Wolpereis , daí deflete à direita e segue com rumo de 78°45'12"NW e com 188,73 metros até o ponto J5b cravado a margem da estrada municipal HBR-050, sendo que do ponto XDIaa ao ponto J5b está confrontando com J.T.A.B. Litjens (anteriormente) e atualmente com Wilhelmus Reiners Eltink, daí cruza a estrada

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 290 DE 2 DE OUTUBRO DE 1.998.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - A Zona de Expansão Urbana do Município de Holambra estabelecida pela Lei n.° 1.604/85 de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.° 026/93, 095/94 e 201/95, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 512.645,5278 m² (quinhentos e doze mil seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados, e cinco mil duzentos e setenta e oito milésimos), cuja área a ser acrescida inicia-se no ponto D8c, situado à divisa da estrada municipal HBR-050 e o loteamento Vila Nova, daí segue com rumo de 78°37'3"SE e com 750,83 metros até o ponto J2a, sendo que no ponto inicial D8c até o ponto J2a está confrontando com a estrada municipal HBR-050, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J2c, daí deflete à direita e segue com rumo de 78°37'31"SE e com 165,77 metros até o ponto La, sendo que do ponto J2c ao ponto La esta confrontando com L. Van Melis (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mário Van Den Broek e o córrego Palha Grande, daí segue pelo córrego Palha Grande com 306,06 metros até o ponto M1a, daí deflete à direita e segue com rumo de 79°06'06"NW e com 155,55 metros até o ponto J3b, sendo que do ponto M1a ao ponto J3b esta confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J3a cravado na margem da referida estrada e segue com rumo de 78°58'05"NW e com 619,51 metros até o ponto I6, daí deflete à esquerda e segue rumo de 05° 44'55"SE e com 100,41 metros até o ponto I6a, daí deflete a direita e segue com o rumo de 10° 53'33"SE e com 110,48 metros até o ponto I6b, daí deflete à direita e segue com rumo de 15° 05'21"SE e com 102,13 metros até o ponto I5, daí deflete à esquerda e segue com o rumo de 79° 10'44"SE e distância de 503,05 metros até o ponto 14a, cravado à margem da estrada municipal HBR-050, cruzando a referida estrada até o ponto J4b, e segue com rumo de 78°51'20"SE e com 156,67 metros até o ponto Na, sendo que do ponto Jb4 ao ponto Na está confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí segue pelo córrego Palha Grande com 294,41 metros até o ponto XDIaa, sendo que do ponto Na ao ponto XDIaa, esta confrontando com G. Ant. L. Groot-Zevert (anteriormente) e atualmente com Henricus Antonio Wolpereis , daí deflete à direita e segue com rumo de 78°45'12"NW e com 188,73 metros até o ponto J5b cravado a margem da estrada municipal HBR-050, sendo que do ponto XDIaa ao ponto J5b está confrontando com J.T.A.B. Litjens (anteriormente) e atualmente com Wilhelmus Reiners Eltink, daí cruza a estrada

Artigo 3° - As plantas "Ampliação do Perímetro Urbano" e "Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 2 de Outubro de 1998

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 290 DE 2 DE OUTUBRO DE 1.998.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DE ZONA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A Zona de Expansão Urbana do Município de Holambra estabelecida pela Lei n.º 1.604/85 de Artur Nogueira, ainda antes do desdobramento do território, e ampliada pelas Leis Municipais n.º 026/93, 095/94 e 201/95, passa a vigorar com acréscimo de ampliação de 512.645,5278 m² (quinhentos e doze mil seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados, e cinco mil duzentos e setenta e oito milésimos), cuja área a ser acrescida inicia-se no ponto D8c, situado à divisa da estrada municipal HBR-050 e o loteamento Vila Nova, daí segue com rumo de 78°37'3"SE e com 750,83 metros até o ponto J2a, sendo que no ponto inicial D8c até o ponto J2a está confrontando com a estrada municipal HBR-050, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J2c, daí deflete à direita e segue com rumo de 78°37'31"SE e com 165,77 metros até o ponto La, sendo que do ponto J2c ao ponto La esta confrontando com L. Van Melis (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mário Van Den Broek e o córrego Palha Grande, daí segue pelo córrego Palha Grande com 306,06 metros até o ponto M1a, daí deflete à direita e segue com rumo de 79°06'06"NW e com 155,55 metros até o ponto J3b, sendo que do ponto M1a ao ponto J3b esta confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí cruza a estrada municipal HBR-050 até o ponto J3a cravado na margem da referida estrada e segue com rumo de 78°58'05"NW e com 619,51 metros até o ponto I6, daí deflete à esquerda e segue rumo de 05° 44'55"SE e com 100,41 metros até o ponto I6a, daí deflete a direita e segue com o rumo de 10° 53'33"SE e com 110,48 metros até o ponto I6b, daí deflete à direita e segue com rumo de 15° 05'21"SE e com 102,13 metros até o ponto I5, daí deflete à esquerda e segue com o rumo de 79° 10'44"SE e distância de 503,05 metros até o ponto 14a, cravado à margem da estrada municipal HBR-050, cruzando a referida estrada até o ponto J4b, e segue com rumo de 78°51'20"SE e com 156,67 metros até o ponto Na, sendo que do ponto Jb4 ao ponto Na está confrontando com J.C. Van Den Broek (anteriormente) e atualmente com João Gilberto Mario Van Den Broek, daí segue pelo córrego Palha Grande com 294,41 metros até o ponto XDIaa, sendo que do ponto Na ao ponto XDIaa, esta confrontando com G. Ant. L. Groot-Zevert (anteriormente) e atualmente com Henricus Antonio Wolpereis , daí deflete à direita e segue com rumo de 78°45'12"NW e com 188,73 metros até o ponto J5b cravado a margem da estrada municipal HBR-050, sendo que do ponto XDIaa ao ponto J5b está confrontando com J.T.A.B. Litjens (anteriormente) e atualmente com Wilhelmus Reiners Eltink, daí cruza a estrada

municipal HBR-050 até o ponto J5aa cravado na margem oposta na estrada municipal HBR-050 e a estrada municipal HBR-236, daí segue com rumo de 78°49'13"NW e com 107,19 metros até o ponto IC; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 79° 11'08"NW e com 116,59 metros até o ponto 1D, daí deflete à direita e segue com rumo de 71° 22'55"NW e com 7,65 metros até o ponto 1E, daí deflete à esquerda e segue com rumo de 79° 22'54" NW e com 73,94 metros até o ponto 1F, daí deflete à esquerda e segue com rumo de 79° 43'26" NW e com 78,58 metros até o ponto 1G, daí deflete à direita e segue com rumo de 71° 42'52" NW e com 21,34 metros até o ponto J5aaa, daí deflete à direita e segue com rumo de 51° 34'36" NW e com 68,65 metros até o ponto J6, daí deflete à direita e segue com rumo de 49° 47'28" NW e com 26,73 metros até o ponto J7, daí deflete à esquerda e segue em curva com 20,98 metros, daí deflete à esquerda e segue em curva com 10,32 metros, daí deflete à esquerda e segue em curva com 29,35 metros até o ponto J9a, sendo que do ponto inicial J5aa ao ponto J9a está confrontando com a Estrada Municipal HBR 236, daí deflete à direita e segue com rumo de 25° 34'42" NW e com 41,72 metros até o ponto J10, daí deflete à direita e segue com rumo de 17° 06'05" NW e com 37,56 metros até o ponto J11, daí deflete à esquerda e segue com rumo de 18° 00'24" NW e com 57,78 metros até o ponto Jl2, daí deflete à direita e segue com rumo de 14° 20'16" NW e com 49,51 metros até o ponto J13, daí deflete à direita e segue com rumo de 06° 53'31" NW e com 14,10 metros até o ponto J14, daí deflete à esquerda e segue com rumo de 17° 55'43" NW e com 49,76 metros até o ponto J15, daí deflete à direita e segue com rumo de 12° 04'34" NW e com 30,45 metros até o ponto I3b; daí deflete à esquerda e segue com rumo de 31° 21'36" NW e com 6,85 metros até o ponto I3c, daí deflete à direita e segue com rumo de 11° 28'55" NW e com 53,26 metros até o ponto I3d, daí deflete à direita e segue com rumo de 10° 08'21" NW e com 22,04 metros até o ponto I3e, daí deflete à direita e segue com rumo de 03° 49'02" NW e com 53,57 metros até o ponto I3f, daí deflete à direita e segue com rumo de 01° 30'40" NW e com 111,78 metros até o ponto I2a, sendo que do ponto I3a ao ponto I2a está confrontando com H. Ant. Weijenborg, daí deflete à direita e segue com rumo de 11° 19'02" NE e com 193,26 metros até o ponto I2aa, sendo que do ponto I2a ao ponto I2aa está confrontando com W. J. Meijering e com J. Schilderink, daí deflete à esquerda e segue com rumo de 11° 04'02" NE e com 44,71 metros até o ponto I2ab, daí deflete à direita e segue com rumo de 12° 03'26" NE e com 71,38 metros até o ponto inicial D8c, sendo que do ponto I2aa ao ponto D8c está confrontando com J. Schilderink (anteriormente) e atualmente com Loteamento Vila Nova, encerrando-se, assim, um polígono com área de 512.645,5278 metros quadrados.

Artigo 2° - Ficam submetidos às restrições urbanísticas e as normas adotadas do Código de Obras do Município de Jaguariúna, Lei n.° 707 de 02.07.95, bem como o Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.° 014 de 30.12.93, e posteriores, as áreas descritas e caracterizadas no artigo 1° da presente Lei.

Artigo 3º - As plantas "Ampliação do Perímetro Urbano" e "Perímetro Urbano Legal", referentes ao Anexo I e Anexo II, fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 2 de Outubro de 1998

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13 825 000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C G C 67 172.437/0001-83

LEI Nº 289 DE 15 DE SETEMBRO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CUSTEAR AS DESPESAS COM TRANSPORTE, HONORÁRIO E HOSPEDAGEM, EM HOLAMBRA, DE PESSOAS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a custear as despesas com transporte, hospedagem e honorários de pessoas de pessoas que autorizadas pelo Prefeito Municipal, virem a Holambra para ministrar seminários, cursos, palestras, bem como atividades correlatas de interesse da administração.

Artigo 2° - As pessoas de que trata o artigo anterior deverão ser detentoras de "curriculum" que as autorize a desempenhar as funções a elas confiadas.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 288 DE 31 JULHO DE 1998.

DÁ NOVA DENOMINAÇÃO AO DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR SOCIAL QUE PASSA A DENOMINAR-SE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra - SP aprovou, e eu, **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1° - O atual Departamento do Bem Estar Social, objeto das Leis Municipais n° 211 de 28 de Dezembro de 1995 e n° 263 de 26 de Agosto de 1997, passa a denominar-se Departamento de Promoção Social.

Artigo 2° - A atual Promoção Social, objeto da Lei Municipal n° 024 de 26 de Abril de 1993 e dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 1°, da Lei Municipal n° 263 de 26 de Agosto de 1997, passa a denominar-se Fundo Social de Solidariedade do Município.

Artigo 3° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 31 de Julho de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 287 DE 06 DE JULHO DE 1998

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 1999, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em conformidade com o artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e artigo 124, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999.

Artigo 2º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1999, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus órgãos e entidades da administração direta, assim como a execução orçamentaria obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Artigo 3º - O projeto de lei orçamentária anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei e as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, e 8º, do artigo 165, da Constituição Federal e a Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas as modificações da Legislação Tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - A utilização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - As taxas de política administrativa e de serviços públicos, deverão remunerar a atividade municipal a equilibrar as respectivas despesas. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidas monetariamente, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Parágrafo 2º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do Ensino, sendo que desse montante 15% (quinze por cento) aplicar-se-à no Ensino Fundamental e 10% (dez por cento) restante na Educação Infantil.

Parágrafo 3º - O Município implantará o Conselho Municipal de Turismo e o Projeto de Trânsito.

Parágrafo 4º - A previsão para a operação de créditos constará da proposta orçamentária somente quando estiver autorizada pelo Legislativo, através da Lei específica.

Artigo 4º - A proposta orçamentária para 1.999, conterá as metas e prioridades da Administração Municipal,estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual.

Artigo 5º - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 1.999, observados as determinações contidas nesta Lei, até o dia 15 de Setembro de 1.998.

Parágrafo Único - O repasse mensal ao Legislativo,a que se refere o artigo 168 da Constituição Federal, submeter-se-a ao princípio da programação financeira de desembolso, aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 6º - Os valores da receita e despesa serão orçados com base na arrecadação de 1.998, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionária.

Artigo 7º - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação, deverão ser instruidos por documentos produzidos pela Contabilidade, que comprovem a ocorrência superavitária ou sua tendência, no exercício.

Artigo 8º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, obedecerá as seguintes diretrizes:

I - As obras em execução, terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização legislativa;

II - As despesas com pagamento da dívida pública , salários e encargos sociais, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

III- Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

Artigo 9º - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de lei específica.

Artigo 10 - As admissões de pessoal, a qualquer título, no exercício de 1999, ficam limitadas a funções e cargos vagos.

Artigo 11 - Excetuam-se dos limites constantes do artigo 10, desta lei, a criação de cargos e as admissões para atender as metas de expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos priorizados no Anexo I, do Plano Plurianual .

Artigo 12 - As despesas de pessoal ativo e inativo da Administração direta, não poderão exceder os limites de 60% (sessenta por cento), previstos na Lei Complementar nº 082/95, de 27 de março de 1995.

Parágrafo 1º - Entender-se como receitas, para efeitos de limite do presente artigo, a somatória das receitas correntes da Administração direta.

Parágrafo 2º - O limite estabelecido para as despesas de que se trata o "caput" deste artigo, abrange os gastos da Administração direta nas seguintes despesas:

- Salários
- Obrigações Patronais
- Proventos de Aposentadorias e Pensões
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito
- Remuneração dos Vereadores

Artigo 13 - As prioridades estabelecidas no Anexo I, do Plano Plurianual , poderão ser ajustadas, na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei do orçamento anual.

Artigo 14 - Poderão ser realizados outros programas não contemplados no Anexo I, do Plano Plurianual , desde que sejam custeados com recursos advindos de convênios, com outras esferas de governo.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 01 de agosto de 1.998.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 15 de Setembro de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE DIAS DA SILVA

Diretor de Planejamento

Em substituição ao

Chefe do Expediente e Secretaria

Artigo 15 - O Prefeito enviará até o dia 30/09/1998, o projeto de lei do orçamento anual, à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa , devolvendo-o a seguir para a sanção.

Artigo 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 06 de julho de 1998

PREFEITURA MUNICIPAL

ANTONIO MARINO BRANDAO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 286 DE 08 DE JUNHO DE 1.998

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA "JARDIM IPÊ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra, aprovou, e eu, Antonio Marino Brandão de Almeida, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, a contratar, em caráter excepcional e por prazo determinado, pessoal para a construção da escola "Jardim Ypê".

Parágrafo Único – O prazo referido neste artigo não poderá ser superior a 01 (um) ano, vedada a prorrogação.

Artigo 2º - A contratação de que trata o artigo anterior será pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 3º - Poderá o Executivo utilizar-se de servidores do seu quadro, sendo que, neste caso, o regime a ser observado é o estatutário, conforme Lei Complementar Municipal nº 052 de 25 de setembro de 1.995.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 08 de Junho de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 283 DE 09 DE MARÇO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO-DER, PARA OBRAS VIÁRIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo-DER objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação dos seguintes trechos de estradas, com suas respectivas extensões:

I - Estrada Vicinal do bairro do Fundão, com 7.000m de extensão;

II - Estrada Vicinal do bairro Palmeiras, com 7.000m de extensão;

III - Estrada vicinal do bairro Alegre, com 4.000m de extensão;

IV - Estrada Vicinal Granja Macaco, com 8.000m de extensão;

V - Estrada Vicinal Duas Marias, com 3.000m de extensão

VI- Estrada Vicinal da Agrovila, com 3.000m de extensão.

Artigo 2° - Fica o Poder Executivo, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

I- com a execução das obras e serviços objeto desta Lei sendo os materiais fornecidos pelo DER;

II- com a declaração de utilidade pública das áreas necessárias, desapropriando-as, amigavelmente ou, na impossibilidade, emitindo-se na posse, mediante a autorização judicial, em ação própria;

III- com a liberação do trecho necessário aos serviços e com a implantação da sinalização e fiscalização adequada ao tráfego;

IV- com a remoção de linhas aéreas e/ou subterrâneas que porventura impeçam ou dificultem a execução dos serviços e por danos causados a terceiros e à propriedade alheia, em razão dos serviços e da operação do trecho, após sua entrega ao tráfego;

V- com a construção de passagem de gado(PSG), passagem de águas pluviais e pontes sobre córregos existentes, onde forem necessárias e com a remoção de benfeitorias existentes ao longo do trecho;

VI- com o restabelecimento e/ou a construção das cercas divisórias, com a colocação das porteiras necessárias;

VII - com a execução dos serviços de plantio de gramas nos aterros e nos taludes e demais áreas necessárias à proteção de erosão;

VIII - com a implantação da sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego no trecho e necessárias à execução das obras de sua responsabilidade, tudo a suas expensas.

Artigo 3° - Fica autorizado o poder executivo a receber os serviços a cargo do DER, pertinentes a cada estrada municipal em questão, tão logo estejam concluídos, através do correspondente ofício e mediante recibo.

Artigo 4° - O convênio de que cuida o artigo 1° obedecerá os termos da minuta, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Artigo 5° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 09 de Março de 1998

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

LEI Nº 282 DE 09 DE MARÇO DE 1998.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL OU A DENOMINAÇÃO QUE VIER SUCEDER-LHE, OBJETIVANDO A MUNICIPALIZAÇÀO DA GESTÃO DAS AÇÒES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, ou a denominação que vir a suceder-lhe, tendo o mesmo por objetivo o compartilhamento de ações para a transferência de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A finalidade do convênio autorizado é o de possibilitar a descentralização da gestão de ações e serviços de assistência social do Estado e do Município.

§ 2º - O convênio terá vigência a partir de 02 de janeiro de 1998 e término em 31 de dezembro do mesmo ano, ficando desde já autorizadas renovações do mesmo, desde que se justifiquem os motivos.

Artigo 2º - O processo de parceria para a realização dos serviços assistenciais de que trata o convênio autorizado por esta Lei, deverá ser assumido integralmente pelo município no curso de cada exercício, havendo renovações do convênio em foco, no que tange à gestão dos serviços com cooperação técnica, administrativa e financeira do Estado, de forma

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

direta ou em mútua colaboração com as entidades e organizações de assistência social situadas no município.

Artigo 3° - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, a cargo do Município de Holambra, correrão por conta de recursos consignados em dotações próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4° - Fica fazendo parte integrante desta Lei a minuta de convênio anexa.

Artigo 5° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termos aditivos e de re-ratificação que se fizerem necessários, decorrente do convênio ora autorizado.

Artigo 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 09 de Março de 1998.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820 - 1321 / 820 -1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 281 DE 05 DE JANEIRO DE 1998

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO".

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica criado o "Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério", nos termos do que dispõe a Lei Federal 9424 de 24 de dezembro de 1996.

Artigo 2º O Conselho será constituído por 05 (cinco) membros, sendo:

I - 01 (um) representante do Departamento de Educação;
II - 01 (um) representante dos professores e diretores das escolas de ensino público fundamental;
III - 01 (um) representante entre os pais de alunos;
IV - 01 (um) representante dos servidores das escolas públicas do ensino fundamental;
V - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo primeiro. Os membros do Conselho serão indicados por seus pares ao Prefeito, que os designará para exercer suas funções.

Parágrafo segundo. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Artigo 3º O Conselho Municipal não terá estrutura administrativa própria e seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração pela participação no colegiado, seja em reunião ordinária ou extraordinária.

PREFEITURA M.D. HOLAMBRA

Artigo 4º O Conselho tem a finalidade de acompanhar e fiscalizar no âmbito Municipal os recursos repassados ou recebidos a conta do Fundo Municipal de Educação, seus registros contábeis e demonstrativos gerenciais.

Artigo 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 05 de Janeiro de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria